

ERIC LANDOWSKI

DA INTERAÇÃO,  
ENTRE COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA

LANDOWSKI, E. Da interação, entre comunicação e semiótica. In A. Primo et al. (orgs.), **Comunicação e Interações**: livro da Compós. Porto Alegre, Sulina, 2008, p. 43-70.

## 2. Da interação, entre Comunicação e Semiótica

ERIC LANDOWSKI<sup>1</sup>

A briga entre Comunicação e Semiótica dá lugar, no Brasil, desde anos, a confrontações apaixonadas, tanto na gestão de muitos Programas de Pós-graduação, quanto nas deliberações das agências nacionais encarregadas de sua avaliação e orientação. Não é um privilégio deste país. O mesmo tipo de relações tensas, para não dizer conflituais, observa-se no exterior, em particular na França. Longe de qualquer forma de cooperação entre empreendimentos que poderiam ser considerados complementares, impõe-se ali também o espetáculo de duas disciplinas rivais, como se elas fossem times lidando para se apropriar da exclusividade do controle de um dado terreno, o da mídia, na acepção mais ampla do termo.

No entanto, não é certo que essa imagem agonística não seja um tanto artificial e que ela não disfarce a natureza das relações vividas na prática cotidiana do ensino e, sobretudo, da pesquisa. Sem dúvida, o espaço a conquistar, o objeto a estudar, o corpus é, empiricamente, o mesmo – mesmos jornais, mesma televisão, mesma internet, etc. – para ambas as disciplinas. Mas cada uma o enxerga, epistemologicamente, e o questiona, metodologicamente, com perspectivas e ferramentas tão diferentes que é de se perguntar se, em vez de se afrontar num terreno que lhes seria verdadeiramente

---

<sup>1</sup> Diretor de pesquisa no C.N.R.S., atua no *Centre d'étude de la vie politique française* (CEVIPOF). Integra como professor visitante o colegiado do Programa de Estudos Pós-graduados da PUCSP: Comunicação e Semiótica, num acordo de colaboração internacional interinstitucional PUCSP: COS-FNSP:CEVIPOF. Dirige, desde 1994, o Centro de Pesquisas Sociossemióticas (CPS). Co-edita, desde a sua criação, a revista *Actes sémiotiques* (hoje, *Nouveaux Actes sémiotiques*). É membro de vários conselhos editoriais; no Brasil, das revistas *Galáxia*; *Significação*.

comum, elas não se colocam, na realidade, em níveis de análise suficientemente distintos para excluir de entrada qualquer risco – ou toda chance – de elas chegarem tão somente a se encontrar. Não seria, neste caso, a briga de ordem institucional e política mais do que estritamente teórica?

Na verdade, sobre esse ponto, absteremo-nos de tomar posição. Não que nos atrapalhe o caráter provocador da questão, mas porque o problema não é tão simples. Primeiramente, está claro que em qualquer domínio da pesquisa, as rivalidades teóricas têm implicações em termos de poder acadêmico. Embora isso não signifique, que toda divergência apresentada como de ordem teórica seja somente a coberta de algum conflito de poder. Seria ingênuo sonhar com a possibilidade de confrontações interdisciplinares “puramente científicas”, ou seja, totalmente independentes dos interesses institucionais.

Mas o que contribui sobretudo para complexificar o problema é a forma mesma da confrontação, uma forma a respeito da qual, na verdade, a metáfora desportiva se revela pouco apropriada. A confrontação entre Comunicação e Semiótica não obedece a um esquema elementarmente binário, como aquele do jogo de futebol. Ela se aproxima muito mais do modelo da competição política, onde as lutas, antes de se darem entre partidos rivais, têm lugar dentro de cada partido. Em outros termos, não há por um lado a Comunicação, e, pelo outro, a Semiótica. Fora dos organogramas burocráticos, não existem duas unidades assim homogêneas, de tal modo que cada uma falaria com uma só voz. Coexistem, e rivalizam, vários modos de abordar “semioticamente” a questão da comunicação (ou, aliás, qualquer outra questão), do mesmo modo que se distinguem várias abordagens “comunicacionais” da comunicação.

A briga, portanto, desdobra-se e os lugares de confronto proliferam, não somente dentro de cada disciplina, entre “escolas” autônomas, mas também, dentro destas, entre tendências mais tradicionais ou mais inovadoras. Isso significa que a natureza das relações entre os dois campos principais depende, basicamente, do tipo de equilíbrio que se estabelece, a cada momento, entre as

orientações predominantes no interior de cada um deles. Assim, talvez seja nos confrontos internos tanto à Semiótica como à Comunicação, ainda mais do que nas aparências um pouco superficiais e enganadoras do conflito entre elas, que teremos interesse em procurar os elementos mais relevantes da confrontação.

Seja como for, um último elemento contribui também a animar a controvérsia e, ao mesmo tempo, a dar-lhe um alcance maior. É sua dimensão internacional, em boa parte devida à tradicional vitalidade das relações intelectuais entre Brasil e França. Para nós, é bom, em primeiro lugar, receber a informação de que um número apreciável de especialistas franceses, tanto da Semiótica quanto da Comunicação, contam atualmente entre os autores estrangeiros mais citados e discutidos nas teses defendidas nos programas de comunicação brasileiros (Fuentes, 2007, p. 165-177). Reciprocamente, apesar do etnocentrismo do meio acadêmico francês, sempre houve pesquisadores próximos ou da Semiótica – como era Michel de Certeau – ou da Comunicação, como, hoje, Michel Maffesoli (para mencionar somente dois nomes conhecidos). Esses pesquisadores acharam no mantimento de relações estreitas, quase familiares, com o mundo universitário e cultural brasileiro um forte estímulo para o desenvolvimento de sua própria reflexão teórica.

Ora, na continuidade dessa tradição, os intercâmbios podem, às vezes, tomar uma forma mais precisa e favorecer, se não a resolução, ao menos o esclarecimento de problemas específicos. De fato, certos mal-entendidos interdisciplinares, que seriam quase impossíveis de discutir quando rivalidades institucionais locais, se sobrepõem à competição científica, tornam-se mais fáceis de superar a partir do momento em que os defensores das linhas teóricas que se enfrentam pertencem a países e, portanto, a universos profissionais distintos. É assim, em todo caso, que, num livro recente sobre problemas gerais da comunicação, ao introduzir uma reflexão acerca da noção de *estratégias sensíveis*, o autor Muniz Sodré esboça um começo de discussão com um semioticista vindo de fora, a saber o próprio autor dessas linhas (Sodré, 2006, p. 9-16). É a esse gesto de abertura da parte de nosso colega que gostaríamos de responder aqui.

Nossa resposta, todavia, não será, e nem poderia ser, a da Semiótica enquanto tal à Comunicação vista como uma entidade monolítica, pois – já sublinhamos – tais unidades não existem. Nestas condições, por mais importante que seja, como todos sabem, o papel de Sodré no contexto brasileiro da reflexão sobre a média, no que segue teremos o cuidado de não consider -lo como *o representante*, o porta-voz, do atual “time brasileiro” da Comunica o. E, simetricamente, recha aremos, de nossa parte, toda pretensão de falar *em nome* do “time francês” da Semiótica. Isso, não por modéstia, mas porque, a nosso ver, todo o interesse da confronta o reside justamente no fato de que os dois interlocutores, longe de expressarem qualquer ortodoxia, nem mesmo a posi o *main stream* nas suas respectivas áreas, são, no fundo, cada um a seu modo – seja dito sem malevolência –, *marginais* dentro de suas respectivas tribos. Veremos daqui a pouco em que sentido.

\*\*\*

De um modo geral, o livro de Muniz Sodré situa a reflexão sobre um plano ao mesmo tempo temático e teórico, no qual, pessoalmente, não vemos incompatibilidades radicais com a problemática interacional, que articula nossa própria maneira de abordar semioticamente a questão da comunica o contemporânea, e sim vários pontos de convergência possível, que merecem portanto o exame. O tema focalizado no título, o estatuto e as estratégias do “sensível” na média e na política   só um entre eles. Outro, mais crucial, decorre da postura epistemológica original que o autor adota no quadro dos estudos da comunica o, ou – talvez seja mais exato dizer –   margem mais avançada deles.

O reconhecimento de tais convergências (e, eventualmente, seu aproveitamento heurístico) pressupõe, porém, uma espécie de pacto conversacional entre as partes. Como em qualquer intercâmbio intelectual autêntico,   necessário, no mínimo, que de ambos os lados se faça o que puder para não confundir dois tipos de desacordos. Há, ou pode haver, desacordos teóricos efetivos. S  a leitura atenta das teses mesmas do interlocutor permite identific -los. E há outros

puramente fictícios (mas não, por isso, menos persistentes), que provêm, ao contrário, da não escuta do outro, em cujo discurso procura-se unicamente, neste caso, reconhecer a reprodução das posições habituais da escola à qual ele pertence, acabando assim em simplesmente confirmar preconceitos e mal-entendidos interdisciplinares herdados do passado. A superação desse gênero de disfuncionamento conversacional talvez não constitua uma dificuldade menor do que a resolução de tal ou outro grande problema epistemológico. Entretanto, é sua condição de base.

Isso dito, a idéia diretriz que norteia o autor ao longo do livro ao qual referimos, e que mais recentemente ele sistematizou num artigo sobre a “episteme comunicacional”, consiste em propor um importante reajuste na conceituação do próprio objeto “comunicação” (Sodré, 2007, p.15-26). Partindo do “comunicativo”, trata-se de passar ao “comunicacional”. Salvo erro de compreensão de nossa parte, essas expressões fazem sentido em três níveis. Ao mesmo tempo que referem a processos midiáticos distintos enquanto objetos possíveis de estudo, elas reenviam a procedimentos analíticos e, conseqüentemente, a posturas epistemológicas diferentes.

Na ótica colocada sob o rótulo do *comunicativo* (que domina os estudos correntes, sublinha o autor), a comunicação reduz-se a um “processo transferencial de informações”. Concretamente realizado por um ou outro instrumento midiático (rádio, jornal, revista, televisão ou, hoje, internet), tal processo presta-se a análises conduzidas com procedimentos descritivos, cujo caráter empírico reflete a postura epistemológica subjacente à concepção informacional, funcionalista, da mídia, a qual, na verdade, obedece pura e simplesmente ao “entendimento comum” (Sodré, op. cit., p.6).

A definição do *comunicacional* é mais árdua. Não sendo este um conceito dado pelo bom senso, tem-se que construí-lo. Para tanto, é preciso introduzir a idéia de “mídiatização”.

Por mídiatização, entenda-se, [...], não a veiculação de acontecimentos por meios de comunicação (como se primeiro se desse o fato social temporalizado e depois o midiático, trans-

temporal, de algum modo), e sim o funcionamento articulado das tradicionais instituições sociais com a mídia. A midiaticização não nos diz o que é a comunicação e, no entanto, ela é o objeto por excelência de um pensamento da comunicação social na contemporaneidade, precisamente por sustentar a hipótese de uma mutação centrada no funcionamento atual das tecnologias da comunicação (Sodré, 2007, p.17).

É essa mutação, o “surgimento de uma ‘outra cultura’ vertebrada pelas tecnologias da informação” (Sodré, 2006, p.14), que torna obsoleta a perspectiva precedente e, por isso mesmo, urgente a passagem à epistemologia comunicacional. Face ao que o autor descreve como um *bios* inédito, “o *bios* virtual” – “nova esfera existencial em que estamos todos sensorialmente imersos” (Sodré, 2006, p.16) –, impõe-se a necessidade de ultrapassar os limites das tradicionais ciências sociais e humanas e de promover outra forma de conhecimento, da ordem da *compreensão* (Sodré, 2006, p.15), “ao modo daquilo que Deleuze e Guattari chamariam de ‘ciência nômade’, isto é, uma problematização de fluxos, de contingências, sem teoremas e constantes” (Sodré, 2007, p.23).

Neste contexto, onde fica a Semiótica? O interessante é a posição intermediária que o autor lhe atribui. Se, como se adivinha, ele não a coloca do lado prometedora das ciências “nômades”, tampouco ele chega a confundi-la com, digamos, as mais trivialmente sedentárias. Ele a coloca entre aqueles dois pólos, junto com a Antropologia. Optar “em favor de caminhos semióticos ou antropológicos”, reconhece Sodré, é de fato “abandon[ar] a perspectiva funcionalista da maioria dos trabalhos sociológicos de origem norte-americana” (Sodré, 2007, p.16). Isto vale dizer que, com essa opção, tanto a concepção dos processos retidos como objeto de estudo, quanto a definição dos procedimentos analíticos e da postura epistemológica subjacente obedecem a princípios diferentes daqueles que regem a perspectiva “comunicativa” *stricto sensu*. Isso merece ser notado, pois já constitui, ao menos, um primeiro passo!

E depois, será possível outro, mais decisivo? No dizer de Sodré, claro que não! Que a Semiótica, ao lado da Antropologia,

possa ajudar os estudiosos da comunicação em distanciar-se do modelo informacional, que ela encaminhe a criticá-lo ou permita sofisticá-lo, tudo isso acaba somente, escreve ele, em “refinar teoricamente”, sem, por enquanto, “sair do solo ontológico trilhado pelo entendimento comum do que possa ser comunicação”. (Sodré, 2007, p.16).

Com certeza, afastar-se de algum sistema teórico (ou político, ou de qualquer outra ordem) não é entrar *ipso facto* na lógica do sistema alternativo, passando diretamente de um para outro. A sintaxe do quadrado semiótico permite entender isso! Admitindo que o “comunicativo” e o “comunicacional” constituem dois universos contrários, é de fato perfeitamente possível emancipar-se do primeiro ficando fora e, talvez, ainda longe do segundo, na posição transitória do que, no nosso jargão, chama-se de subcontrário. Será o destino da Semiótica ficar assim, parada no meio do caminho, no purgatório do *não-comunicativo*, incapacitada de se erguer à altura do *comunicacional* ou de propor outra forma de epistemologia que possa ser considerada equivalente, embora formulada numa outra terminologia conceitual?

Previamente à discussão deste ponto, convém notar que a desconfiança manifestada por nosso colega, a respeito da aptidão da Semiótica para efetuar o salto qualitativo decisivo, não nos parece resultar de um exame direto, documentado, do modo como os semioticistas, na sua diversidade, trabalham hoje, do que eles *fazem* de verdade. A dúvida dele parece decorrer, antes, da idéia comumente admitida do que é, em geral, *ser* semioticista: é ser “estruturalista”<sup>2</sup>. Mas é preciso se entender sobre o valor dessa palavra.

Para nós, a opção estrutural corresponde, em termos de estilo de trabalho (não entrando aqui, portanto, em questões mais técnicas), a uma escolha cujo interesse é favorecer o aspecto dinâmico da pesquisa; é dotar-se de ferramentas que, por natureza,

---

<sup>2</sup> Tratando-se, evidentemente, daqueles semioticistas que se inscrevem na linha da qual aqui se trata, a mais próxima da Linguística e da Antropologia, o que deixa de lado, por exemplo, os da linha peirciana.



ficam sempre melhoráveis, é elaborar conceitos com valor hipotético, é construir modelos interpretativos por definição criticáveis e, portanto, provisórios. No oposto, essa mesma opção, tal como nosso interlocutor a vê de fora, constituiria uma escolha quase metafísica, com caráter global e definitivo, em relação com o mundo em geral. No lugar de um método operacional, teríamos um dogma intangível ao qual dever-se-ia aderir de uma vez por todas e o qual se herdaria de uma geração para outra sem mudança de nenhum gênero. O adjetivo “estrutural”, rótulo cômodo para designar um conjunto de princípios heurísticos, encontra-se então substituído pelo substantivo – “estruturalista” –, palavra equivalente a um verdadeiro estigma.

Tal visão não pode ser isenta de conseqüências sobre o presente debate. A mais óbvia consiste em levar a pensar que, conforme um modo de raciocínio, aliás, freqüente na mídia, que Roland Barthes analisou sob o nome de “entimema” (Barthes, 1970), uma vez que a Semiótica origina-se no estruturalismo, enxergar o mundo *semioticamente* será por necessidade projetar sobre qualquer objeto de estudo justamente o tipo de grade de leitura que era a regra, há mais de cinquenta anos entre os fundadores da abordagem estrutural. Na época, sendo a linguagem, os mitos, o parentesco, a cultura em geral submetidos àquele princípio de análise, “o ‘homem’ cedia lugar às estruturas – lingüísticas, literárias, psicanalíticas, antropológicas, econômicas – na explicação do social” (Sodré, 2007, p.23). Do mesmo modo, hoje, em virtude da intemporalidade suposta do *credo* estruturalista, seria também uma necessidade incontornável que, sob o olhar de todo e qualquer semiótico voltado para a área que aqui nos interessa, a da comunicação, “o sujeito falante ced[a] lugar ao ‘código’, isto é, a uma estrutura independente do sujeito e precedente à mensagem [...]” (Sodré, op. cit., p.23).

Naturalmente, vamos mostrar que não é assim! Entretanto, será justo reconhecer primeiro que, mesmo se Sodré não tem razão sobre este ponto, existem numerosos motivos para ele ter essa impressão de imutabilidade, impressão compartilhada, de resto,

pela maioria dos que olham a Semiótica de longe, limitando-se a observar suas manifestações mais acadêmicas. Pois, por mais paradoxal que possa parecer, quem proporciona às testemunhas exteriores seus melhores motivos de perplexidade são, muitas vezes, os representantes institucionalmente mais autorizados da disciplina. O privilégio de quem, ao contrário, não se preocupa com a questão da representatividade, acomodando-se com a própria marginalidade, é poder constatar-lo e, inclusive, dizer!

Digamo-lo, portanto, sem excesso de precauções retóricas: a Semiótica, como a lua, tem duas faces. A que se mostra a todo mundo oferece a imagem de uma disciplina por assim dizer caricaturalmente “estruturalista”, efetivamente fechada sobre si mesma, obsessionalmente atada ao seu vocabulário (sua metalinguagem) e pronta a encaixar qualquer objeto na lógica dos seus próprios esquemas. Auto-proclamada “ciência” nos manuais e nas aulas, ela teria somente que ser bem aplicada. Infelizmente, o critério da boa aplicação não sendo, neste contexto, o ganho em termos de compreensão do mundo, mas o grau de conformidade aos procedimentos canônicos da disciplina, resulta que o semioticista, sobretudo se ele estiver ainda em formação, encontra-se levado, quer queira ou não, a uma prática analítica programada, por definição repetitiva e, muitas vezes, estéril.

Para acabar com esse sistema que parece ter sido montado deliberadamente a fim de impossibilitar toda inovação, é preciso entender como ele funciona. Convém então distinguir dois fatores. O primeiro tem a ver com o valor heurístico, a relevância, os limites, as implicações dos modelos utilizados : no caso, os da Semiótica dita “estândar”<sup>3</sup>. O segundo diz respeito ao modo como eles têm sido entendidos e utilizados na prática do ensino e da pesquisa. Ora, a nosso ver, o que mais contribuiu para bloquear o desenvolvimento da disciplina não foi a teoria propriamente dita. Foi, muito antes, a maneira como uma geração de jovens doutorandos, que assistiram nas décadas

---

<sup>3</sup> Cujas obras de referência são os livros de GREIMAS, A. J e COURTÉS, J. (1979).

de 70-80 à construção daqueles modelos, tornou-se, uma vez entrada na carreira acadêmica, a mais teimosa guardiã do “adquirido”, *standardizando*, se se puder dizer, um estado dado da reflexão, transformando-o em ortodoxia, como se a conceitualização elaborada na “bela época”, com vista de resolver problemas específicos fosse a última palavra, a forma acabada de uma ciência, a qual doravante seria inimaginável cambiar ou acrescentar qualquer coisa.

Qual será, então, a *outra* face? A face escura, como sugere a metáfora? Sim e não. Sim, porque à razão lúcida, embora limitada, da Semiótica “estândar”, alicerçada na categorização e na esquematização dos componentes da significação textualizada, face conhecida, era preciso – urgente, teria provavelmente dito Sodré – acrescentar uma Semiótica mais compreensiva, dirigida para níveis mais profundos, zonas mais incertas, de sombra; uma Semiótica um pouco transgressiva que se atreve a tentar dar conta da apreensão do sentido que se origina da nossa presença imediata e sensível ao mundo, ao outro, a nós mesmos<sup>4</sup>. Mas, por outro lado, não. Pois afrontar o holismo da experiência, as modulações do vivido, as ambivalências do sensível não quer dizer desistir da luz distintiva do inteligível para cair na confusão de uma forma ou outra de impressionismo ou de introspecção. Ao contrário, sabendo que o sentir e o entender são duas dimensões conjuntamente envolvidas em todas as nossas relações com o ambiente (com o “bios”), trata-se, por esse lado da nossa lua, de explorar o modo como se pode abordar *sensivelmente* o “inteligível”, ou – o que dá no mesmo – como se pode dar conta, semioticamente, da *inteligibilidade* do “sensível” (Landowski, 2004, p.39-56).

Até certo ponto, podemos assim considerar que o *claro-escuro* desta face da Semiótica que não se deixa ver imediatamente, e que muitos nem mesmo querem ver, caracteriza-se, em relação com a visibilidade e a nitidez da face “estândar”, de modo análogo à maneira segundo a qual, na perspectiva de Muniz Sodré, o co-

---

<sup>4</sup> Cf. Parret, H. (2001). LANDOWSKI, E. (1997).

municacional relaciona-se com o comunicativo. Para nós também, a meta é ultrapassar uma abordagem cujos limites são cada vez mais óbvios e que, porém, ainda “domina os estudos correntes”. Estrategicamente, nossos projetos são, portanto, paralelos – o que, com certeza, não quer dizer que persigamos objetivos substancialmente idênticos. Mas outras razões também nos levam a não sobreavaliar a significação desse paralelo.

Ao passo que Sodré apresenta sua proposta como uma substitui o de paradigmas, como uma ruptura epistemológica radical, de nossa parte a visada é mais modesta, ou mais dial tica. Não proclamamos o fim de uma Semiótica,   qual deveria suceder outra diferente por completo. Trata-se, quando muito, de relativizar o alcance da teoria atualmente em uso, de explicitar seus pressupostos antropológicos ou filosóficos e de complementá-la, na inten o de dar resposta a preocupa es novas. Aquela outra face da Semiótica a favor da qual lidamos  , em suma, a face escondida da *mesma lua* – não um astro novo no céu da Ciência (Landowski, 2005, p.92-98).

Por conseguinte, se evitamos falar em ruptura decisiva, não é por prudência ou por um resto de nostalgia que nos impediria de romper com uma problemática clássica de cuja elabora o participamos durante muitos anos (Landowski, 1989). É porque a verdadeira mudança – a *coupure* epistemológica propriamente dita – não se dá entre a Semiótica que nós estamos construindo hoje e a Semiótica est ndar. A única ruptura que se pode julgar decisiva ocorreu, na realidade, nos fins da década de 50. Foi ela que permitiu   Semiótica (est ndar) então nascente estabelecer-se por oposi o a uma problemática que nosso interlocutor conhece perfeitamente e que, como nós, ele reprova: a problemática funcional do signo e do código, isto é, a Semiologia.

Já vimos e Sodré reconhece explicitamente que, com essa mudança, abriram-se caminhos inéditos e úteis, pois eles permitiram, até nos estudos da comunica o, “abandonar a perspectiva funcionalista”. Entretanto, no mesmo artigo – remorso após ter concedido demais ao adversário? –, apenas umas páginas mais

abaixo eis que reaparece a tradicional litania contra os “estruturalistas”, semioticistas implicitamente incluídos, acusados de encerrar o sujeito falante na prisão do “código” (Sodré, 2007, p.16 e 23). Como isso equivale a reafirmar a identidade entre duas abordagens que consideramos radicalmente opostas, que nos seja permitido traçar claramente as fronteiras. Existiu de fato, há mais ou menos meio século, uma abordagem funcional intimamente ligada à teoria da informação: foi a Semiologia, ciência descritiva dos códigos, ou seja, dos sistemas de signos. Mas, a partir dos anos 60, é precisamente contra essa perspectiva que, a Semiótica, deixando definitivamente de lado a questão do signo enquanto unidade atômica, constituiu-se como teoria (mais do que “ciência”) dos processos de produção e de apreensão da *significação* (e não dos sistemas sígnicos de sua codificação)<sup>5</sup>.

O paralelo entre o corte proposto por Sodré e o nosso é, portanto, um pouco mais complexo do que parece. Do lado da “semio” (falando à maneira dos “psy”), a perspectiva homologável ao comunicativo de Sodré não é, na realidade, a Semiótica “estândar”. É a *Semiologia* dos anos 50. Veremos a seguir em que sentido e até que ponto a *Semiótica alargada*, que estamos atualmente desenvolvendo sob a denominação convencional de Sociosemiótica (ou melhor, de “Semiótica ‘sem nome’”), constitui um desdobramento teórico homologável à perspectiva comunicacional. Quanto à *Semiótica estândar*, ela se apresenta, dentro deste quadro geral, como uma construção teórica intermediária. Se, desde o início, ela se colocou muito além do funcionalismo semiológico e da problemática do código, e se hoje ela fica incontestavelmente alheia à idéia de uma Semiótica “nômade” – lunar e sem nome –, não obstante é a partir dela, passando por uma crítica

---

<sup>5</sup> Sobre estas distinções de base, ver por exemplo Landowski, E. “En deçà des signes et des codes” (Aquém dos signos e dos códigos). In: Landowski (2004, p.19-22) Assinalamos também o artigo pioneiro, no qual a ruptura com a problemática do signo encontra-se pela primeira vez delineada: Greimas, A. J. (1956).

metódica de seus princípios e pela avaliação de suas insuficiências, que se torna possível abrir caminhos novos.

Não por acaso, mas porque tendências gerais da episteme guiam as disciplinas distintas em direções comuns, são caminhos que conduzem rumo a um tema em torno do qual as reflexões mais avançadas no âmbito da Semiótica e no campo da Comunicação nos parecem convergir. Esse tema é o da *interação*.

\*\*\*

Nas pesquisas de ambas as disciplinas, a reflexão atual acerca das formas da interação na mídia abrange indissociavelmente questões de ordem teórica, relativas à problemática geral das condições de produção e de apreensão do sentido, e problemas de interpretação que tangem ao modo como, na sociedade contemporânea, o desenvolvimento das novas tecnologias da comunicação tende a transformar essas condições. Sobre esses dois pontos, as posições adotadas por Muniz Sodré nos textos já citados são, em boa parte, análogas às nossas. Ressaltar primeiro as semelhanças nos permitirá, depois, apontar e, possivelmente, aclarar a natureza das divergências.

Retomando inicialmente uma distinção familiar aos semioticistas, Sodré opõe, na análise da “comunicação”, o nível do *enunciado*, em que circula a “informação”, e o da *enunciação*, “relação entre duas subjetividades” na qual, escreve ele em termos que poderiam ser literalmente os nossos, “o sentido troca a lógica da circulação de valores pela co-presença somática e sensorial dos actantes” (Sodré, 2006, p.10). Em função das circunstâncias da situação interlocutória, ora um ora outro desses níveis pode ser privilegiado, dando lugar a estratégias discursivas diferenciadas, umas mais “conceituais”, outras mais da ordem do sentir. Isso determina o que consideramos, nós também (mesmo que a terminologia difira um pouco), como dois regimes semióticos distintos e dois modos de existência da significância: um regime no qual tem-se processos de “leitura” que desembocam no reconhecimento de *significações*, outro no qual a emergência do *sentido* pressupõe o

que chamamos processos de “apreensão” (*saisie*) (Landowski, 2007, p.27-43). Se combinarmos agora essas formulações com as de Sodré, podemos dizer, por uma parte – a propósito da “significação” –, que, enquanto efeito das estratégias enuncivas que regem a construção e a leitura dos enunciados, ela “se *interpreta* semanticamente”, e, por outra parte, tratando-se do “sentido” – efeito apreendido “nas experiências de contato direto” colocadas sob a dependência de estratégias enunciativas –, que ele “se *vive*” mediante “o afeto e a tatilidade”, ou seja, no plano sensível (Sodré, 2006, p.13).

Devemos, neste ponto, antecipar uma objeção previsível. Consideremos como admitida a distinção entre uma forma de comunicação basicamente funcional, na qual elementos diversos (mensagens, conteúdos semânticos, informações, argumentos, objetos de valor quaisquer) circulam entre emissores e receptores (conforme uma lógica dita da *junção*), e outra forma (dita da *união*), em que é a própria co-presença dos actantes que faz sentido (Landowski, 2004, p.58-66). Dir-se-á então que o segundo desses regimes, por relevante que ele possa ser na interlocução face a face, perde toda relevância no caso específico da mídia. Como poderia ele se aplicar a um gênero de comunicação onde, por definição, a “mídia” *mediatiza* todas as relações entre enunciadores e enunciatários? Para o receptor, a única “co-presença” efetiva e o único “contato direto” que se dê em tal contexto são os que o relacionam com a materialidade de algum dispositivo técnico mediador, simples suporte ou aparelho eletrônico – papel do jornal, tela (e poltrona) do cinema, tecla do computador, “corpo” do celular na mão, etc. Empiricamente, isso é a evidência mesma. Mas deter-se nessa constatação seria simplesmente ignorar a existência e a eficácia do simbólico e, mais especificamente, o poder do semiótico enquanto tal. Pois, sabemos, o que caracteriza os discursos em geral, quer verbais, quer de outra natureza, inclusive os veiculados pela mídia, é precisamente sua aptidão a configurar, além do dado referencial, um outro nível de realidade, um mundo de sentido *sui generis*, cuja organização imanente tem, entre outros efeitos, o de

criar, justamente, modos de presença, formas de contato com o outro, que, conquanto sejam da ordem do simulacro, atuam com toda eficácia no plano do vivido, mobilizando, como diz Sodré, “o afeto” e até mesmo a “tutilidade”: numa palavra, o sensível. Daí o título do livro: *As estratégias sensíveis*.

Consciente do carácter provocador dessa última expressão – pois, de fato, “não deixa de parecer uma contradição em termos aplicar a idéia de cálculo [estratégico] a uma dimensão pré-representacional” tal como a do “sensível” –, o autor dedica sua Introdução à justificação de tal oximoro: “‘Estratégias’, por quê?”. A argumentação, perfeitamente convincente, consiste em lembrarmos que no campo das “operações singulares” a estratégia configura-se “como *eustochia*, a clássica designação grega para a mirada justa sobre uma situação problemática, convocada pela potência sensível do sujeito ou do objeto” (Sodré, 2006, p.11). Nada há que objetar contra isso de nossa parte, tanto menos quanto nós mesmos, para caracterizar um regime de interação e de sentido específico que denominamos *ajustamento*, recorreremos ocasionalmente a um oximoro da mesma feição: o de “inteligência sensível”. Tomamos emprestado tal expressão aos antropólogos Pierre Detienne e Jean-Pierre Vernant que a forjaram ao analisar outra noção tipicamente grega, embora vinda da sabedoria prática e não da filosofia, a de *mètis*<sup>6</sup>. Mas, então, “‘inteligência’, por quê?”. Porque a *mètis*, tanto quanto o ajustamento ou o tipo de estratégias em que Sodré se interessa, convocam o sensível em situações e operações “singulares”, neutralizando, nos três casos, a oposição categórica entre o sentir e o entender, o tacto e o cálculo.

Os argumentos filológicos e filosóficos que Sodré avança para defender sua escolha de falar em estratégias na ordem do sensível são, portanto, perfeitamente aceitáveis. Isso não impede, porém, que nós também tivéssemos certas razões para fazer a opção oposta. São, devemos reconhecer, razões mais triviais, de ca-

---

<sup>6</sup> Detienne e Vernant (1974). Cf. Londowski (2005, p.40).



ráter banalmente prático, por isso privilegiamos as vantagens que se tem em respeitar na medida do possível o sentido usual das palavras, mesmo ao empregá-las enquanto termos metalingüísticos. A Semiótica já sofreu o bastante de sua reputação de incompreensibilidade, devido ao caráter relativamente hermético de seu vocabulário e, sobretudo, a nosso ver, ao uso automatizado e sem limite que se faz dele na literatura “estândar”. No entanto, uma escrita semiótica outra, mais solta e, daí, mais acessível, é possível, sem por enquanto nada perder em rigor conceitual, mas ganhando em reflexividade. Por esse motivo de ordem geral, e nenhum outro, evitamos, salvo exceção, o termo “estratégia” nos contextos Sodrê o emprega, reservando-o para aquele outro regime de interação em que intervêm efetivamente “cálculos estratégicos” – montagens persuasivas, intercâmbios argumentativos, avaliações dos interesses recíprocos e negociações entre as partes –, regime bem conhecido na Semiótica sob o nome de *manipulação*.

Mas o que importa sobretudo não é, afinal de contas, o nome que se dá às coisas, e sim, evidentemente, a natureza delas. Ora, sob rótulos diferentes – estratégia ou ajustamento –, aqui falamos no fundo da mesma coisa, a saber, de um regime de interação e de sentido caracterizado pelo fato de que o que nele domina é a relação dinâmica (interacional) entre duas (ou mais) *sensibilidades*. Se tiver incompatibilidades entre a perspectiva “comunicacional” e a nossa, elas ultrapassam portanto as diferenças, por definição superáveis, entre as respectivas terminologias. Elas tampouco podem provir de opções que se oporiam de entrada a respeito do sensível, pois de ambos os lados a relevância desta dimensão é, em princípio, reconhecida. As divergências só aparecem num nível mais profundo onde desenham-se ao mesmo tempo formas gerais de teorização e opções interpretativas globais.

E aí, dadas as imagens que geralmente se tem das disciplinas em pauta e de seu estilo respectivo, surge um duplo paradoxo. Não se esperaria, primeiro, que, no presente debate, seja o teórico da comunicação mais favorável, por princípio epistemológico, à “problematização de fluxos, de contingências, sem teoremas e

constantes” – quer dizer nosso interlocutor – quem, na prática, mais sistematicamente alicerça seu raciocínio em categorias estanques! Contudo, desde o “comunicacional” contraposto ao “comunicativo” no plano epistemológico até os “otimistas” confrontados com os “pessimistas” no plano do pensamento político<sup>7</sup>, passando por uma série de dicotomias do tipo “sensorial” *versus* “conceitual” ou “afeto” *versus* “razão”, a visão de mundo aqui oferecida articula-se sob a forma de oposições categoricas superpostas umas às outras e, afinal, homologáveis, quase como se, em todos os níveis, fosse a mesma luta do Bem contra o Mal: até hoje, a hegemonia da “razão instrumental”, amanhã, a salvação na “comunidade afetiva” (Sodré, 2006, p.12-13, 17, 66 e passim).

O outro paradoxo, ao menos para alguns, talvez seja que a perspectiva estrutural que adotamos, apesar de ser norteadada, pela busca de “constantes” (se não de teoremas), nos conduza rumo a uma modelização que pretende dar conta, antes de mais nada, das ambivalências inerentes a nossos objetos de estudo, da complexidade e da instabilidade das situações, das reviravoltas dos processos, evitando por princípio (metodológico) encerrar sua descrição em grades categóricas fechadas. Tratando-se por exemplo da relação entre “afeto” (sensível) e “cálculo” (estratégico), antes de considerar que qualquer prática deva depender ou do primeiro ou do segundo destes termos postos *a priori* como incompatíveis, nosso interesse será verificar se, na realidade, um não pressupõe, ou implica, ou esconde o outro, permitindo passagens sutis entre eles. O que achamos mais relevante não é, em suma, o paradigma enquanto tal, mas são as sintagmáticas que decorrem do co-atuar entre seus termos: não “o afeto” *versus* “o cálculo”, e sim os cálculos *do afeto*, ou, no outro sentido, os afetos (a obsessão, a paixão, a loucura) *do cálculo*. Pois, ao observar as práticas discursivas, comunicacionais, interacionais, constatamos que na maior parte dos casos os pólos das grandes categorias deste gênero, em vez de

---

<sup>7</sup> A saber, por um lado, Toni Negri, André Gorz, Gianni Vattimo, por outro, Jean Baudrillard e alguns outros. Cf. Sodré (2006, p.60-63).

mutuamente se excluir em como se fossem essências inimigas por natureza, se implicam reciprocamente, superpondo ou combinando-se de mil maneiras.

E no fundo, ao projetar assim, sobre a cena social e em particular midiática, um olhar que privilegia a complexidade a despeito da categorização parece-nos que estamos plenamente de acordo com nosso colega sobre o essencial: é de relações flutuantes, de “fluxos” e de interações “contingentes” (e provavelmente, muitas vezes, até mesmo aleatórias) que temos de dar conta. O problema é *como*? Com que tipo de instrumentos conceituais e de modelos? A nossa convicção é que precisamos de uma modelização articulada, ao mesmo tempo de modo extremamente rigoroso (mediante a interdefinição dos elementos em jogo) e o bastante flexível, aberto, abrangente – numa palavra, potente – para permitir-nos analisar um espaço social e midiático dentro do qual distintos tipos de “estratégias” (tanto sensíveis quanto outras) ou – como diremos preferivelmente, para situarmos num plano mais geral – distintos *regimes de interação* (e de sentido) não somente coexistem, mas também, e sobretudo, longe de se excluir mutuamente, interagem, eles mesmos, uns com os outros.

Já aludimos a dois destes regimes: o da “manipulação” e o do “ajustamento”. Embora o primeiro pareça, intuitivamente, afim com a idéia de cálculo racional e o segundo com as de afeto e corporeidade, não podemos definí-los semioticamente pela simples redução de cada um à “idéia” correspondente. Seria, de novo, fechar adiantadamente o quadro das análises futuras pela imposição *a priori* de uma categoria de ordem substancial. Para evitar isso, precisamos de conceitos de tipo puramente relacional. Nossa opção será, conseqüentemente, interdefinir os dois regimes em questão como duas formas diferentes do agir dos sujeitos em relação uns com os outros, quer dizer como duas *sintaxes interacionais* distintas. Quando estiver a forma da interação regida pela busca de um modo ou outro de *adaptação* unilateral entre um sujeito e seu parceiro, cada um deles sendo por hipótese, neste contexto, movido por uma *intencionalidade* própria, falaremos de “manipu-

lação”. Ao contrário, reconheceremos figuras de “ajustamento” em casos nos quais o processo interacional se desenvolve em função da descoberta, no ato, de alguma forma de *sintonia*, por definição mútua, entre as respectivas *sensibilidades*<sup>8</sup>.

Isso posto, está previsível que nunca encontraremos, no plano empírico, casos que correspondam estritamente – pura e exclusivamente – a uma dessas definições e nada à outra. Encontraremos ao contrário configurações que, apesar de corresponderem principalmente, segundo certo ponto de vista, seja à primeira, ou à segunda, dependerão ao mesmo tempo, em parte ou sob outro ângulo, ou ainda num outro patamar, da outra. Por exemplo – combinação freqüente na publicidade e na propaganda política – veremos funcionar ajustamentos locais que, mais globalmente, entram em estratégias de manipulação. E isto não invalida o modelo. De fato, o que justifica esse tipo de construção não é a pretensão, nem sequer a espera de que os processos, as situações ou as figuras observáveis encaixem-se univocamente nesta ou naquela possibilidade teoricamente delineada.

Nossos regimes, com efeito, falando metaforicamente, não são *caixas*, cada uma com seu rótulo, à maneira das de um colecionador de curiosidades que teria decidido que tudo o que ele puder encontrar necessariamente entrará em alguma delas, conformando-se à classificação preestabelecida. Pois, com os objetos das ciências sociais, é por assim dizer a regra: eles “não se conformam” nem a categorias estanques, nem a tipos unívocos. Em vez, portanto, de caixas ou de gavetas para guardar o material, a problemática dos regimes pretende proporcionar-nos instrumentos de ótica, *lentes* que nos ajudem a distinguir, face à profusão do que se dá a ver, umas articulações pertinentes; quer dizer que, ao estruturarem o real, permitam capturar melhor a pluralidade de seus efeitos de sentido possíveis.

---

<sup>8</sup> Cf. “Les conditions de l’interaction stratégique”, “Le régime de l’ajustement, *Les interactions risquées*” In: Landowski (2005).

De um ponto de vista mais geral, contrariamente às leis das ciências naturais, às quais a empiria univocamente “obedece” – o que permite prever e programar uma infinidade de interações entre coisas –, nossos modelos dificilmente reivindicariam um poder preditivo. Mas eles devem, pelo menos, ter algum valor heurístico. Aí está, ao nosso ver, o interesse do rigor das distinções estruturais. Pois, quer se trate de discursos, de situações, de processos ou dos sujeitos (individuais ou coletivos) envolvidos, quanto mais um objeto de estudo se revela irreduzível a uma só entre várias fórmulas hipotetizadas por um modelo, ou seja, quanto mais ele parece tipologicamente “impuro”, tanto mais “puros”, tanto mais nitidamente interdefinidos e, portanto, distintivos devem ser os instrumentos analíticos disponíveis se quisermos desintricar as combinações e as dosagens que entram na sua composição complexa e dão àquele objeto, por essa complexidade mesma, sua “riqueza” enquanto fenômeno social.

A vantagem de tal forma de conceitualização é, além disso, que ela deixa aberta a possibilidade de configurações que parecerão paradoxais ou, pelo menos, não convencionais, na medida em que transgredirão a lógica do senso comum subjacente ao tipo de grandes categorizações substanciais que já encontramos mais acima e rechaçáramos enquanto articulações do plano epistemológico. Assim, ao lado da manipulação “convencional” concebida como cálculo estratégico de ordem *cognitiva* (fazer o outro saber, admitir, entender, crer isto ou aquilo, com vista de fazer ele – uma vez convicto que é seu interesse – fazer isso ou aquilo... votar por tal ou tal, comprar aqui ou alí, cumprir tal tarefa, etc.), nada nos impede de admitir ademais a possibilidade de manipulações de índole *patêmica*, calculadas em termos afetivos com vista ao atuar sobre o “ser”, os “estados de alma”, os “afetos” do outro – forma que, aliás, tem também sido amplamente analisada no quadro da Semiótica “estândar” sob o nome de “Semiótica das ‘paixões’” (fazer crer para fazer o outro estar com raiva, se sentir feliz, experimentar ciúme, etc.) (Greimas e Fontanille, 1992).

Do mesmo modo, ao lado da forma de ajustamento intuitivamente mais óbvia, a que definimos como relação dinâmica

vivida no plano sensorial, têm igualmente lugar, no modelo, formas que se enraízam aquém do somático. É o que acontece por exemplo quando, no fio – no fogo – da conversa, dois interlocutores conseguem cada um sentir, adivinhar, intuir o fluxo de consciência do outro, antecipar seu imaginar ou seu pensar, dando então à relação dialogal, por mais “cognitiva” que ela formalmente fique, a forma, a graça, e até mesmo, talvez, a volúpia de uma dança não entre corpos mas entre intelectos (Landowski, 2004, p.171-177).

O que obviamente não exclui, de novo, formas intermediárias ou mistas, dinâmicas, de ajustamento que envolveriam os sujeitos “corpo e alma”. Mas não seriam estas, em definitivo, aquelas que representam o caso mais geral, a “norma”, tornando decididamente a idéia de fronteiras entre o “corporal”, o “afetivo” e o “cognitivo” desprovida de pertinência, pelo menos em termos de análise semiótica? Outro modo de dizer que, para nós, só a relação, a sintaxe (por oposição aos termos e às substâncias) pode fundamentar o *entender* sob todas as suas formas, incluindo naturalmente as da inteligibilidade do *sentir*.

\*\*\*

Se examinarmos agora os estudos semióticos existentes sobre mídia, podemos constatar que na sua maioria eles abordam seu objeto privilegiando a dimensão manipulatória. Partindo, como todo mundo, desse postulado banal que a comunicação jornalística, televisual ou publicitária propaga valores, inventa o que puder para fazer crer nelas e, afinal, para “fazer fazer”, o empenho dos analistas tem sido antes de mais nada desmontar os dispositivos arrumados com esses fins pelas instâncias produtoras. E a Semiótica, como metodologia, oferece de fato instrumentos poderosos para trabalhar neste sentido, uns “narrativos”, decorrendo da gramática actancial e modal, outros “discursivos”, concebidos para dar conta das estratégias enunciativas. A crítica evidente que se pode fazer é que semelhante problemática fica não muito afastada da ótica funcional e que, mais especificamente, ela restringe a concepção geral da comunicação a formas de

imposição unilateral mais ou menos habilmente escondidas, razão pela qual analisar equivale, naquela perspectiva, a desmistificar, a não ser que seja a denunciar: “Atrás dos semblantes (de transparência, de diálogo, de ajustamento), veja a manipulação!”. Tal foi e, para muitos, tal se mantém o lema a seguir.

Contudo, mudando a perspectiva – esquecendo a figura do grande manipulador onipresente –, um pequeno número de pioneiros, ao anteciparem precisamente a noção de ajustamento enquanto tal, com seu caráter constitutivamente mútuo, abriu paralelamente, já desde algum tempo, outras pistas, isentas daquele *bios* teórico, se não francamente ideológico<sup>9</sup>. Em grande parte graças a eles, começa sendo admitido, também entre semioticistas, que a mídia não se limita a transmitir do “alto” para “baixo” conteúdos a serem “lidos” e valores a serem reconhecidos (e interiorizados) por um público relegado na posição de receptor quase passivo – manipulado se não programado. Difunde-se pouco a pouco a idéia, não completamente alheia à de “mediatização” defendida por Muniz Sodré, de que os processos de comunicação em pauta, além de seus aspectos funcionais, e vistos sob outro ângulo, têm o poder de gerar um espaço em si mesmos propriamente *interacional*, quer dizer em que efeitos de sentido emergentes – “contingentes” se não totalmente imprevisíveis – se criam *em situação*.

Esse novo olhar guia, hoje, estudos focalizados sobre o encontro midiático enquanto experiência vivida do sentido diretamente oriunda das dinâmicas temporais, espaciais e intersubjetivas, com as quais permite jogar a co-presença em ato, *ao vivo*, como se diz – ainda que “mediatizada” –, dos actantes da enunciação (Fechine, 2008). Outro questionamento, na mesma linha, concerne à emergência de formas de sentido especificamente configuradas pelo modo como se dá o encontro entre sensibilidades recí-

---

<sup>9</sup> Cf. Greimas (1984; 1987). Geninasca (1984). Floch (1986).

procas em contato, o que chamamos de interação “por contágio”<sup>10</sup>. Para operacionalizar a abordagem dessa vertente dos processos comunicacionais, existem, além das ferramentas proporcionadas pela tradicional gramática narrativa e discursiva, outros instrumentos descritivos eficazes, embora incompletos, por certo, e ainda não estandardizados, por sorte! São essencialmente os da Semiótica plástica, atada à exploração do componente *estésico* dos discursos e das práticas (Landowski, Dorra e Oliveira, 1999). Com o desenvolvimento das novas tecnologias tendo contribuído a evidenciar a relevância dessa dimensão “presencial” da mídia, só podemos concordar com a insistência de Muniz Sodré a propósito da necessidade de aprofundar seu estudo.

Todavia, quer se trate de abordagens semióticas, quer das problemáticas desenvolvidas do lado da Comunicação, acreditamos que pretender dar conta das práticas midiáticas recém aparecidas somente com o tipo de instrumentos conceituais que acabamos de evocar e, *a fortiori*, focalizar por demais a atenção sobre o sensível seria deixar de lado outros aspectos essenciais do nosso objeto. Além, certamente, das estratégias *stricto sensu* (e de sua tematização em termos de manipulação), mas além também das estratégias *sensíveis* (e de sua análise concreta em termos de ajustamento), a interação midiática estrutura-se igualmente no quadro de dois outros regimes que uma teoria geral da interação nos permite conceber. Curiosamente, apesar deles serem diretamente relevantes no presente contexto e, ademais, intuitivamente não menos familiares do que os precedentes, nem os semioticistas interessados à mídia, nem, pelo que sabemos, os especialistas da comunicação prestaram-lhes, até hoje, muita atenção.

Daí que ainda fique por investigar o impacto, no domínio da mídia, de ao menos um regime adicional: o da *programação*. Não se pode esquecê-lo, nem o considerar ultrapassado, dado o peso

---

<sup>10</sup> Cf. Landowski (1996, 2004, 2001).



que ele exerce sobre tantos aspectos do nosso cotidiano. No plano teórico, do mesmo modo que os regimes precedentes estavam baseados em dois princípios gerais, respectivamente o de intencionalidade e o de sensibilidade, o regime da programação alicerça-se num terceiro, de nível comparável: o princípio de *regularidade*. Definimos essa noção como constância das relações entre os efeitos (eventos, comportamentos) e seus determinantes, quer tal constância seja assegurada por leis de causalidade (como na física), quer – o que aqui mais nos interessa – por constrangimentos (de ordem social ou psicológica) expressos, explicitamente ou não, sob a forma de regras ou de hábitos (definidores de papéis específicos, mais ou menos estáveis), de rituais ou, inclusive, de simples manias pessoais (na medida em que elas, também, fixam estereótipos comportamentais). Conforme esse princípio, que constitui a condição de toda previsão, o regime da programação é o da rotina da vida, o da maior segurança nos nossos relacionamentos com outrem ou com o ambiente, mas, ao mesmo tempo, potencialmente, é o do maior controle de nossas atividades.

Tampouco podemos ignorar, do lado oposto, um último regime, que chamamos de regime do *assentimento*. É o da aceitação, resignada ou entusiasta, ou até mesmo da busca do encontro acidental (imprevisto, imotivado) do evento que, se o esperar, esperar-se-á além de toda razão ou aquém de qualquer paixão, como deve ser num mundo visto como dramaticamente caótico ou puramente lúdico, mas, de qualquer modo, absolutamente sem constante (nem teorema) que permita, se não o controlar, no mínimo ter uma idéia da própria posição e da própria identidade dentro dele enquanto “esfera existencial”. O único princípio ao qual se possa recorrer a fim de, paradoxalmente, “fundamentar” tal regime é, adivinha-se, o da pura *aleatoriedade*. Dadas as formas de encontro, de relacionamento, de vida, que autorizam, favorecem ou impõem os desenvolvimentos da mídia eletrônica, ele parece-nos também impregnar fortemente nosso *bios* globalizado.

Tomados em conjunto, os quatro regimes que distinguimos dessa maneira constituem, mais do que uma taxonomia, uma sin-

taxe geral da interação, uma rede de configurações interconectadas (Landowski, 2005, p.71-92). A lógica que organiza suas relações deixa aberta, entre cada uma delas e todas as outras, a possibilidade de idas e voltas, de bruscas metamorfoses ou de passagens gradativas, de transformações, superposições ou inclusões da maior diversidade. Em tais condições, sendo interdefinidos e indissociavelmente inter-relacionados, os quatro regimes parecem-nos, a igual título, pertinentes – enquanto lentes – para quem quiser desintricar as ambivalências da mídia contemporânea. Não é o lugar, aqui, nem o momento, ao concluir, para mostrar como análises realizadas nos termos de uma ou outra entre essas configurações permitiriam apontar aspectos novos, ou aclarar outros, insuficientemente conhecidos da mídia enquanto espaço de interação. Muito trabalho empírico resta, neste sentido, por ser feito. Contentemo-nos portanto em sublinhar o que talvez seja o mais importante: o fato de que uma modelização do gênero que propomos exclui por natureza as interpretações unívocas.

Por certo, cada um, no plano pessoal, moral, político, tem as suas preferências, suas esperanças, suas ilusões (ou desilusões, tratando-se dos “pessimistas”). Uns, por exemplo, fazem a aposta de que, sob o efeito das tecnologias mais avançadas, estamos deixando de uma vez por todas o reino maldito das regularidades e da racionalidade estratégica – o que, por nossa parte, chamamos a esfera da “prudência” (programação e manipulação). E que, por isso mesmo, estamos desde já entrando na esfera gloriosa da aventura (ajustamento e assentimento), ou seja, no *bios* da experiência sensível – ao risco assumido, bem-vindo, quiçá, do acidente. Outros, ao contrário, mesmo que, possivelmente, compartilhem mais ou menos as mesmas preferências axiológicas, fariam a aposta inversa em termos de antecipação do futuro. O problema é que, pelo menos semioticamente falando, ficaria difícil justificar tanto a primeira quanto a segunda de tais apostas se admitirmos que os elementos em jogo estão, como tentáramos indicar acima, indissociavelmente interconectados. O que é, por exemplo, apesar de seu caráter por definição aleatório, um “acidente”, a não ser a coinci-

dência entre dois percursos *programados*, o do pedestre (pelo social) e o da telha (pela física) quando ela cai do teto. No choque entre os dois, são portanto, conceitualmente, dois regimes distintos, inclusive os mais radicalmente opostos – o mais “aberto” (o do acaso) e o mais “fechado” (o das rotinas e da necessidade) – que, por se pressuporem mutuamente, se entrecruzam. Do mesmo modo, seria fácil mostrar que não se pode ter ajustamento sem, na sua base, um mínimo de *programação* que o torne possível. E assim por diante.

Em outras palavras, na rede interacional, o que podemos julgar o “melhor” sempre pressupõe ou implica, possibilita ou mascara, o “pior”, e *vice-versa*, deixando a forma do devir quase inteiramente aberta, isto é, essencialmente problemática. Então, se no fluxo sem constantes da vida tiver ao menos *uma* única constante, qual poderia ser a não ser a complexidade? Não seria o estudo dela, afinal, o verdadeiro terreno comum para uma interação produtiva entre nossas disciplinas?

## Referências

- ASSIS SILVA, Ignácio (org.) (1996). *Corpo e sentido*. São Paulo, Edunesp.
- BARTHES, Roland (1970). *L'ancienne rhétorique*. In: *Communications*, 16.
- DETIENNE, Pierre; VERNANT, Jean Pierre (1974). "Les ruses de l'intelligence. La mètis des Grecs. Paris Flamarion.
- FECHINE, Yvana (2008). *Televisão e presença. Uma abordagem semiótica dos gêneros informativos*, tese de doutorado, PUC-SP: COS (São Paulo, Estações das Letras-CPS, no prelo).
- FLOCH, Jean-Marie (1986). *Les formes de l'empreinte*, Périgueux, Fanlac.
- \_\_\_\_\_. (1997) *Lecture de Tintin au Tibet*. Paris, Presses Universitaires de France.
- FUENTES, Navarro Raúl (2007). Fontes bibliográficas da pesquisa acadêmica nos cursos de pós-graduação em comunicação no Brasil e no México: uma aproximação da análise comparativa", *MATRIZES*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, São Paulo ECA/USP, 1, p. 165-177.
- GENINASCA, Jacques (1984). "Le regard esthétique", *Actes sémiotiques*, 58 (trad. port., "O olhar estético", in *Semiótica plástica*, op. cit.).
- GREIMAS, Algirdas Julien (1956). "L'actualité du saussurisme", *Le Français Moderne*, 3.
- \_\_\_\_\_. (1984). "Sémiotique figurative et sémiotique plastique", *Actes Sémiotiques*, 60 (trad. port. in A. C. de Oliveira org., *Semiótica plástica*, São Paulo, Hacker, 2000).
- \_\_\_\_\_. *De l'Imperfection* (1987). Périgueux, Fanlac (trad. port., *Da imperfeição*, São Paulo, Hacker, 2002).
- GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph (1979). *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, Paris, Larousse (trad. port., *Dicionário de Semiótica*, São Paulo, Cultrix, 1985).
- GREIMAS, Algirdas Julien; FONTANILLE, Joseph (1992). *Sémiotique des passions. Des états de choses aux états d'âme*, Paris, Seuil (trad. port., *Semiótica das paixões*, São Paulo, Ática).
- LANDOWSKI, Eric (1989). *La Société réfléchie. Essais de socio-sémiotique*, Paris, Seuil (trad. port., *A Sociedade refletida*, São Paulo-Campinas, EDUC-Pontes, 1992, 214 p.).
- \_\_\_\_\_. (1996). Viagem às nascentes do sentido, In: Assis Silva (org.), *Corpo e Sentido*. São Paulo, Edunesp.
- \_\_\_\_\_. (1997). *Présences de l'autre. Essais de socio-sémiotique II*, Paris, Presses Universitaires de France, 256 p. (trad. port., *Presenças do outro*, São Paulo, Perspectiva, 2002, 218 p.).
- \_\_\_\_\_. (2001). Diana, *in vivo*. In: *Galáxia*, 2, São Paulo, Educ.
- \_\_\_\_\_. (2004). *Passions sans nom. Essais de socio-sémiotique III*, Paris, Presses Universitaires de France, 316 p. (trad. port. In: *Paixões sem nome*, São Paulo, Perspectiva, no prelo). ("Pour une sémiotique sensible", trad port. "Para uma semiótica sensível", revista *Educação & Realidade*, XXX, 2, Porto Alegre, 2005, p.93-106; "En deçà ou au-delà des stratégies, la présence contagieuse", (trad. port., "Além ou aquém das estratégias, a presença contagiosa", São Paulo, CPS, 2005).

- \_\_\_\_\_. (2005). *Les Interactions risquées*. Limoges, Presses Universitaires de Limoges (Nouveaux Actes Sémiotiques, 101-103), 108 p. (trad. port., *As interações arriscadas*, São Paulo, Estação das Letras-CPS, no prelo).
- \_\_\_\_\_. (2007). "Unità del senso, pluralità di regimi", in G. Marrone, N. Dusi, G. Lo Feudo (orgs.), *Narrazione ed esperienza. Intorno a una semiotica della vita quotidiana*. Roma, Meltemi, p.27-43.
- LANDOWSKI, Eric; DORRA, Raúl; OLIVEIRA, Ana Claudia de (orgs). (1999). *Semiótica, estesis, estética*. São Paulo-Puebla, EDUC-UAP.
- PARRET, Herman (2001). *Présences*. Limoges, Presses Universitaires de Limoges (Nouveaux Actes Sémiotiques, 76-78), p.9-126.
- SODRÉ, Muniz (2006). *As estratégias sensíveis. Afeto, mídia e política*. Rio de Janeiro, Vozes.
- \_\_\_\_\_. (2007). Sobre a episteme comunicacional. In: *MATRIZES*, 1, São Paulo ECA/USP, p.15-26.